

Ricardo Couto de Castro*

2026 em movimento: modernizar para aproximar

2026 será um ano de conclusão de um ciclo estratégico. Para a sociedade, o que importa é ser atendido com respeito, ter o conflito resolvido em prazo razoável e perceber que a Justiça está presente também onde a vida acontece, do centro urbano ao interior.

Nossa perspectiva para 2026 se resume em uma ideia simples: modernizar para aproximar. A migração gradual para um processo eletrônico mais integrado, com entrada de novos casos em ambiente digital e transição planejada, é parte desse caminho. A tecnologia, porém, não é fim em si mesma. Ela precisa virar tempo devolvido ao cidadão — e tempo, no Judiciário, é dignidade.

Por isso, inteligência artificial e automação devem ser tratadas como ferramentas de apoio ao trabalho humano, não como atalhos. Em 2026, ampliaremos soluções que auxiliem tarefas repetitivas, organizem informações e melhorem fluxos, com governança e controle. O objetivo é elevar qualidade e produtividade sem perder o essencial: decisões res-

ponsáveis, bem fundamentadas e compreensíveis.

Modernizar também significa abrir novas portas de acesso. O atendimento digital, com linguagem simples e múltiplos canais, amplia a presença do Tribunal para além do balcão físico. E a presença territorial continua sendo prioridade: justiça itinerante, ações em grandes eventos e iniciativas voltadas à população em situação de rua reafirmam que o direito não pode depender de endereço, renda ou familiaridade com sistemas.

Há, ainda, um ponto decisivo: reduzir o conflito antes que ele se torne um processo. Em 2026, fortaleceremos a cultura do acordo, com soluções pré-processuais e conciliação qualificada. Quando o diálogo é possível, a melhor sentença é aquela que não precisa ser escrita — porque o entendimento, construído com segurança e equilíbrio, resolve mais rápido e preserva relações.

Ao mesmo tempo, eficiência exige inteligência institucional. Monitorar padrões de litigância, identificar demandas predatórias e promo-

ver uniformização de entendimentos não é apenas gestão: é proteção do sistema para que ele não seja capturado por abusos e possa focar no que realmente importa. Dados e transparência, nesse cenário, deixam de ser relatórios e se tornam bússola.

Tudo isso ocorre em um ambiente de restrição fiscal que exige escolhas. Para 2026, nossa visão é gastar melhor, planejar com rigor e investir onde há retorno social.

Sustentabilidade também entra nessa conta: economia de energia, ampliação de geração limpa e redução de papel não são só agenda ambiental — são eficiência e responsabilidade com recursos públicos.

O TJRJ olha para 2026 com um compromisso: manter os pés no chão e o olhar no cidadão. A Justiça do futuro não será a mais tecnológica, e sim a mais confiável, acessível e humana. E esse futuro se constrói agora, com cooperação entre instituições e participação de toda a sociedade.

***Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)**

Leonardo Boff*

O ser humano tem ainda futuro?

É de praxe em cada final de ano se fazer um balanço, uma espécie de leitura de cego que capta apenas o que é relevante. Seriam demasiadas coisas a serem lembradas. Apenas observamos que há uma lenta e irreversível degradação do nosso modo de habitar a Terra. O aquecimento global está crescendo cada ano e já mostra seus efeitos catastróficos no mundo todo com grandes inundações, tufões e queimadas fenomenais. Assistimos no Rio Grande do Sul uma enchente desastrosa, destruindo partes de inteiras cidades, além dos danos na agricultura.

Fala-se que entramos numa era geológica nova, o antropoceno, vale dizer, o meteoro rasante, destruidor da natureza não é outro senão o próprio ser humano. Outros vão mais longe e acrescentam que estamos na era do necroceno, quer dizer, a maciça morte (necro) de espécies, na ordem de 70-100 mil segundo o conhecido biólogo Edward Wilson. Ultimamente o número de incêndios cresceram tanto no mundo inteiro que já se fala do piroceno (piros em grego é fogo), a fase mais avançada e perigosa do antropoceno. Acresce ainda a perversa desigualdade social, pois 1% de ricos possuem mais riqueza que mais da metade da humanidade (4,7 bilhões), o que é uma infâmia e uma negação de humanidade.

Face a tal nível de degradação generalizada, nunca vista antes da presença do ser humano no processo de evolução, muitos, entre eles grande nomes da ciência se perguntam se não estamos próximos do fim possível da espécie humana. E com razão, pois não se trata de fantasmas mas de sinais perturbadores. O prêmio Nobel de biologia de 1974, Christian de Duve em seu minucioso livro Poeira Vital, a vida como imperativo cósmico (Campus 1997) afirma que nos dias de hoje “a evolução biológica marcha em ritmo acelerado para uma grave instabilidade; de certa forma, o nosso tempo lembra uma daquelas importantes rupturas na evolução, assinaladas por extinções em massa”. O cientista Norman Myers calculou que somente no Brasil, se estão extinguindo nos últimos 35 anos quatro espécies por dia. Thóodore Monod, um notável naturalista, deixou como testamento um texto de reflexão com esse título: “E se a aventura humana vier a falhar” (2000). Assevera: “somos capazes de uma conduta insensata e demente; pode-se a partir de agora temer tudo, tudo mesmo, inclusive a aniquilação da raça humana”.

Desde que surgiu como homo habilis há mais de dois milhões de anos vem desequilibrando sua relação para com a natureza. Até quarenta mil anos atrás os danos ecológicos eram insignificantes. Mas a partir desta data começou um assalto sistemá-

tico à biosfera. Em poucos centenas de anos, os caçadores extinguíram os mamutes, as preguiças-gigantes e outros mamíferos pré-históricos. Na era industrial (1850) foram desenvolvidos instrumentos que tornaram bem sucedida a dominação/devastação da natureza. Nos dias atuais, este processo se agravou a ponto de que os novos itens (planetary boundaries) que sustentam a vida estão celeramente caindo, no termo, tornando impossível a civilização.

Já há 2 milhões de anos que estamos dentro da Idade do Gelo. A atual fase interglacial quente começou há 11.400 anos (período do Holoceno). Conforme os padrões do passado deveríamos ingressar num novo período de resfriamento. Entretanto nossa espécie alterou profundamente a natureza da atmosfera. Vários gases de efeito estufa como o CO₂, o metano e outros importantes estão aquecendo todo o planeta. Até 2030 não poderia alcançar dois graus, pois seria desastroso para grande parte da humanidade e para a natureza. Já agora em 2025 atingimos 1,77°C.

A estes problemas acresce a carência de água potável (só 3% é doce) e a super população da espécie humana que já ocupou 83% do planeta depredando-o. Poderão os seres humanos viver juntos numa única Casa Comum? Não somos seres pacíficos, mas extremamente agressivos, faltos de cooperação e de cuidado. O astrônomo real Sir Martin Rees da Inglaterra em seu livro “Hora Final: o desastre ambiental ameaça o futuro da humanidade” (2005) estima que, a correrem as coisas como correm, podemos nos liquidar ainda neste século.

Apesar deste quadro sombrio neste final de 2025 mantenho a esperança de que o ser humano, com sua inteligência, razão cordial e sentido de sobrevivência decidirá pela continuidade da vida neste planeta e não pelo suicídio coletivo.

Lógico, precisamos ter paciência para com o ser humano. Ele não está pronto ainda. Tem muito a aprender. Em relação ao tempo cósmico possui menos de um minuto de vida. Mas com ele, a evolução deu um salto, de inconsciente se fez consciente. E com a consciência pode decidir que destino quer para si. Nesta perspectiva, a situação atual representa antes um desafio que um desastre, a travessia para um patamar mais alto e não um mergulho na auto-destruição.

Agora cabe-nos mostrar amor à vida em sua majestática diversidade, ter com-paixão para com todos os que sofrem, realizar rapidamente a justiça social necessária e amar a Grande Mãe, a Terra. Incentivamos as Escrituras judaico-cristãs: “Escolha a vida e viverás (Deut 30,28)”. Andemos depressa, pois não temos muito tempo a perder.

***Teólogo**

Antonio Florencio de Queiroz Junior*

Confiança, ajustes necessários e oportunidades para o Rio em 2026

As perspectivas para 2026 no estado do Rio de Janeiro combinam sinais de cautela com oportunidades concretas de retomada mais consistente da atividade econômica. Os dados mais recentes do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) indicam que, mesmo diante de um cenário de desaceleração ao longo de 2025, o empresariado segue demonstrando resiliência e disposição para investir, especialmente quando observa perspectivas de melhora no ambiente macroeconômico.

Uma sondagem do IFec RJ com empresários do comércio varejista e do setor de serviços da Região Metropolitana do Rio revelou que 34,2% pretendem contratar trabalhadores temporários para o fim de 2025 e início de 2026, percentual muito próximo ao registrado no ano anterior. Mais relevante é a expectativa de efetivação: 58,9% afirmam que há possibilidade de manter ao menos parte desses profissionais em seus quadros, índice superior ao observado em 2024. Esse dado reforça a percepção de que, apesar da perda de dinamismo do emprego em 2025, há confiança moderada na retomada da atividade no próximo ano.

O cenário econômico de 2026 tende a ser favorecido pela desace-

leração recente da inflação, que abre espaço para um possível ciclo de queda dos juros. O custo elevado do crédito foi um dos principais entraves ao consumo e ao investimento ao longo de 2025. A estabilização e, posteriormente, a redução das taxas de juros são fundamentais para desatrar projetos, ampliar a capacidade produtiva e estimular o mercado de trabalho. Sem crédito acessível, não há expansão sustentável do comércio e dos serviços.

Outro desafio estrutural que seguirá no centro do debate é a informalidade. Outra pesquisa do IFec RJ com consumidores mostrou que 78,3% dos que já compraram no mercado informal o fizeram pelos preços mais baixos, frequentemente associados à sonegação de impostos e, em parte significativa, à origem ilegal das mercadorias. Embora tenha havido redução no percentual de consumidores que compraram na informalidade nos últimos 12 meses, o aumento expressivo do gasto médio elevou a movimentação financeira desse mercado. Dados do IBGE apontam crescimento do comércio informal no terceiro trimestre de 2025, enquanto informações do Instituto de Segurança Pública indicam a persistência de patamares elevados de roubo de

cargas, reforçando a conexão entre informalidade, criminalidade e concorrência desleal.

Nesse contexto, os próprios consumidores indicam caminhos claros: redução da carga tributária e combate efetivo ao roubo de cargas. São medidas essenciais para fortalecer o ambiente de negócios, proteger empresas formais e gerar empregos de qualidade.

No campo das oportunidades, o turismo segue como um dos principais vetores de crescimento do estado. Dados da Pesquisa Mensal de Serviços de outubro, do IBGE, mostram que o Rio de Janeiro apresentou desempenho muito superior à média nacional em 2025, com crescimento expressivo do volume de serviços turísticos. Esse dinamismo tende a se manter em 2026, impulsionando eventos, comércio, serviços e toda a cadeia produtiva ligada ao setor.

Assim, 2026 se apresenta como um ano de transição importante. Com juros mais baixos, ajustes estruturais e o fortalecimento de setores estratégicos, como o turismo, o Rio de Janeiro pode retomar um ciclo de crescimento mais robusto, gerando emprego, renda e desenvolvimento para a sociedade fluminense.

***Presidente da Fecomércio RJ**